



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA
PRESIDÊNCIA
DA REPÚBLICA

CENTRO DE CONVENÇÕES ULYSSES GUIMARÃES, BRASÍLIA, DF,

4 DE NOVEMBRO DE 1997

Senhor Vice-Presidente da República, Dr. Marco Maciel; Senhores Ministros de Estado, que me dão a honra da companhia; Senhor Presidente da OCB, Dejandir Depasquale; Senhor Governador em exercício do Tocantins; Senhores Senadores; Senhores Deputados; Senhores Dirigentes de cooperativas; Senhoras e Senhores,

Minhas palavras serão breves. Serão, em primeiro lugar, de agradecimento pelo convite, pela oportunidade de estarmos juntos, por podermos estar ouvindo, aqui, tudo que foi dito pelo Dr. Depasquale.

Acredito que, na sua exposição, o Dr. Depasquale mostrou, de forma muito abrangente, todo o desafio que nós temos que enfrentar. E mais do que isso: nos deu os elementos de convicção para que nós possamos valorizar o cooperativismo.

Curiosamente, hoje pela manhã – e o Vice-Presidente estava presente – participei de uma cerimônia que não tem relação direta com esta aqui. Era a premiação de algumas personalidades da cultura brasileira: músicos, arquitetos, professores, artistas, cozinheiras – uma cozinheira que é cultura – uma pessoa que representava o candomblé, Olga de

Alaketo. Enfim, um mundo muito variado. E lá, o Ministro da Cultura, o Ministro Weffort, ao saudar-nos e ao saudar, especialmente, os homenageados, fez uma referência muito parecida com a que nós ouvimos agora, aqui, nesta noite, feita também pelo Dr. Depasquale, uma referência à alegria. Em outras palavras, disse aqui o Dr. Depasquale da faceirice – foi a expressão que ele usou – que os brasileiros temos das nossas origens tão variadas.

Essa especificidade brasileira, esse fato de sermos tão diversos na cor, na cultura, nas formas da nossa sociedade e o fato fundamental de que, a despeito e, talvez, até por causa mesmo, dessas diferenças todas, nós gostamos do jeito que somos. Isso me entusiasma. Entusiasmou-me, ao ouvir, pela manhã, do Ministro Weffort, e me entusiasma, agora, ver a confiança com que o Dr. Dejandir Depasquale apresentou, nessa multiplicidade e disparidade também dos problemas que o cooperativismo tem que alcançar, no Brasil, esse reconhecimento de que, apesar de tudo, é alguma coisa que nos une.

Aqui, na questão do cooperativismo, eu diria que já não é tanto o problema da diversidade cultural, de um sentimento que se transforma numa emoção cultural, mas é algo que tem a ver com um processo mais profundo na própria sociedade moderna. Por quê? Quantas vezes aqui foi mencionada a palavra globalização? Várias. Também, hoje pela manhã, falava-se em globalização. E é impossível não falar nisso. Não se trata de uma escolha. É uma situação, é uma contingência.

Mas, num mundo que parece se homogeneizar, se, por um lado, a cultura nos dá o sentimento de coesão, para que nós possamos, apesar das nossas adversidades internas, reconhecermo-nos uns aos outros como membros de uma mesma comunidade, no caso, o cooperativismo também é uma resposta a essa globalização, no plano até mesmo filosófico. Por quê? Recentemente, eu estava relendo um livro do professor Ralph Dahendorf, que é um pensador, um sociólogo, alemão de nascimento, professor de Oxford, na Inglaterra, cidadão inglês hoje e grande pensador, tanto da sociologia contemporânea, quanto das propostas de um mundo democrático, discípulo de Popper. E as perguntas de Dahendorf nesse seu livro eram as seguintes: O que realmente pode

nos unir? Qual é o fundamento moral da nova sociedade? Essa sociedade que, hoje, se globaliza, na economia, como é que ela mantém coesão? Existe alguma possibilidade? As respostas são múltiplas, evidentemente.

Ele falava desde as idéias da grande sociedade, que seria a sociedade do salto tecnológico, das multinacionais, enfim, do que aqui se chama de modernização, que pareceria ser mais afim com o conceito abstrato de globalização. Ele falava da sociedade aberta, de Popper, ou seja, a sociedade que preza a liberdade, que preza a democracia, que preza a circulação das informações. E ele perguntava pela boa sociedade.

A sociedade pode ser aberta e, quem sabe, as pessoas que nela vivem não encontrem um fundamento moral daquilo que os alemães chamam de *gemeinschaft*, da Comunidade. De uma participação direta, de uma vivência que una, embora seja uma sociedade aberta, ou seja, democrática e livre.

Mas, dificilmente poderá ser uma grande sociedade e ter esse fundamento, que leve à união. E é preciso, seja na grande sociedade, seja na sociedade aberta, buscar os fundamentos da boa sociedade. E a boa sociedade traz em si, sempre, uma idéia moral. É preciso que haja alguma coisa que ultrapasse o indivíduo isolado, e que não o submerja, também, nas formas totalizantes, que impedem a expressão da manifestação da vontade de cada um.

Pois bem, a resposta que eu ouvi o tempo todo, aqui, tão abrangente, tão brilhante, tão profunda, foi que o cooperativismo, quem sabe, seja o caminho da boa sociedade. Porque ele não se opõe à grande sociedade, ele absorve, ele tende a absorver o mundo que se tecnificou enormemente.

Ele não se opõe, senão que ele requer a sociedade aberta. Mas ele não é, simplesmente – a expressão foi, outra vez, do Dr. Depasquale – a “frieldade”, uma regra geral, universal, mesmo que seja a da liberdade. Ele requer um comprometimento, ele requer uma parceria, ele volta à comunidade. Ele volta a propor uma experiência em conjunto. E dissolve a oposição entre o interesse de cada um e o interesse de todos, mas sem que o interesse de todos passe a ser uma ameaça ao interesse de cada um, senão que é uma construção, dentro da cooperativa, do interesse de todos.

De modo que eu assisti deliciado à exposição do Dr. Dejandir Depasquale, me recordando de Dahendorf e de outros pensadores, que tentam decifrar os mistérios do mundo contemporâneo. Ele tenta dar uma resposta para essa angústia – e a palavra é essa mesmo –, a angústia de um mundo que muda e muda tanto que, muitas vezes, nós não encontramos nele a razão propriamente moral de dizer: “Estou de acordo, eu acredito, ele vale”.

O cooperativismo é um valor. É uma forma de organização, sem dúvida alguma. É uma maneira de potencializar recursos materiais, sem dúvida alguma. Mas ele contém, também, em si mesmo, por definição, alguma coisa que é valorativa. É algo de que se pode e se deve gostar. Não é como a globalização, que contingencia as nossas ações, mas eu nunca vi ninguém entusiasmado.

Porque está existindo uma situação que nos condiciona, de uma maneira, muitas vezes, cega, que nós próprios temos que reagir aos efeitos do que está ocorrendo, e não podemos comandar as causas, que nos leva, muitas vezes, a situações inusitadas. No cooperativismo não é assim. Define-se, encontra-se o caminho, busca-se um rumo, e encontra-se um meio que, solidariamente, leva a uma solução.

Portanto, me perdoem que as minhas palavras tenham sido, até agora, um tanto abstratas, mas era para expressar aquilo que, por atos, quando pude, demonstrei – como aqui já foi dito –, que é o meu entusiasmo prático, no apoio ao cooperativismo.

E não queria também deixá-los – e terei de deixá-los, porque ainda tenho vários compromissos – sem dar alguma palavra mais concreta sobre questões que são postas, e algumas foram repostas, até, pelo Dr. Dejandir Depasquale.

Eu sei das situações de dificuldades de muitas cooperativas. Vejo, aqui, na platéia, o Deputado Odacir Klein, que escreveu uma carta, recentemente, onde ele salienta mais uma vez as dificuldades concretas de algumas cooperativas. Eu sei de problemas de capitalização. Eu sei de problemas das cooperativas de produção, sei até quanto um Presidente pode saber dessas coisas que, muitas vezes, sabe um tanto pela rama. Mas, pelo menos, eu me interesso por saber, por sentir, para ver se é possível dar um rumo.

Antes de vir para cá, conversei com Dr. Pedro Parente, que me informou que as soluções estão encaminhadas e que a capitalização poderá ser feita, e que nós temos toda a abertura para discutir os casos concretos, em que será possível resolver questões específicas de cooperativas brasileiras. Sei também, como sabemos todos os que exercemos funções de responsabilidade no Brasil, que existem algumas situações que requerem cuidado especial. Nós nos empenhamos e conseguimos – isso também foi conseguido agora – que o Confaz refizesse a decisão que havia tomado, que era lesiva aos interesses dos produtores, sobretudo dos pequenos, sobretudo dos que estavam unidos em cooperativas, no que diz respeito ao ICMS. Isso foi refeito. E não apenas voltamos as taxas anteriores, sinal que progredimos. A taxa será menor ainda do que foi antes. Foi possível um acordo nessa direção, o que nos permite dar, portanto, um passo a mais e um passo concreto para que nós melhoramos as condições de vida daqueles que estão produzindo no Brasil.

Antes de entrar nesta sala, conversando com o Dr. Carlos Meles, falávamos sobre o Pronaf. Os senhores sabem e o Ministro sabe, porque lida diretamente com a questão, o que significou o Pronaf para o pequeno produtor brasileiro. Não havia nenhuma forma de financiamento capaz de atender àqueles que não tinham uma condição melhor, que permitisse levantar empréstimo nos bancos. O Pronaf veio produzir uma verdadeira transformação efetiva na base do produtor rural brasileiro, e nós vamos continuar a apoiar o Pronaf fortemente. Passamos de poucos milhares para hoje já termos condições de atender 500 mil famílias, e vamos prosseguir nesse mesmo caminho, que é o de apoiar a base da produção brasileira.

Falta muito que fazer. Mas eu me recordo, foi numa cooperativa no Paraná, em 1994, durante a campanha eleitoral, que eu me reuni com produtores, e que não se falava em outra coisa a não ser em TR. E que não se falava em outra coisa a não ser da impossibilidade de se fazer frente às taxas de juros. Pois bem, com o apoio de muitos aqui presentes, inclusive dos que fazem parte da frente da agricultura, nós refizemos os canais de financiamento a duras penas, porque não é fácil fazer. Mas nós refizemos. E saibam os senhores que quaisquer que sejam as

taxas de juros que, eventualmente, tenham que ser sustentadas e, seguramente, por alguns momentos apenas, não vão afetar aqueles que estão abrigados nas taxas de juros já contratadas, tanto no que diz respeito ao Pronaf, quanto nos créditos agrícolas normais que estão assegurados na sua validade, para que nós possamos, realmente, dispor da possibilidade de uma produção mais adequada para o Brasil.

Queria lhes dizer também que sou sabedor da questão, para entrarmos em assuntos até mais pontuais, da bacia leiteira brasileira. O Ministro da Agricultura me acompanhou em uma viagem, recentemente, a Uruguaiana, onde nós discutimos a matéria, e não tenho dúvida nenhuma de que teremos que aumentar muito os nossos esforços na questão do certificado de origem, porque não tem sentido trazer leite do Mercado Comum e vender no Brasil, como se leite fosse do Mercosul. Cada vez mais, no mundo hoje globalizado, no mundo cheio de contingências, nós vamos ter que ajustar a nossa legislação, e mais que a nossa legislação, as nossas práticas e as nossas burocracias para que, em conjunto, possamos lutar em termos adequados, não para proteger o produtor nacional, mas para impedir que haja um *dumping* contra o produtor nacional, que esse, muitas vezes vem, não sob a forma de mecanismos que não são os mais corretos, porque não há certificado de origem, e faz-se de conta que é produzido em um país e é em outro país, e isso não é aceitável, como não é aceitável também que formas de financiamentos externas sufoquem o produtor nacional, e as medidas serão tomadas no momento que nós tenhamos condições efetivas para tomá-las.

E podem estar os senhores tranqüilos, também, no que diz respeito ao algodão. Antiga luta da qual eu participei como Ministro da Fazenda e que não foi fácil que houvesse a compreensão adequada nos canais competentes da burocracia pública brasileira, para que se entendesse que não se pode desorganizar um setor produtivo que emprega tanto quanto o algodão. Não haverá tarifa capaz de me fazer alterar as decisões de que nós não vamos prejudicar a produção algodoeira brasileira, porque ela é fundamental para o nosso trabalhador e para o nosso produtor.

E não pensem os senhores que estou dizendo isso porque estou aqui. Eu me refiro a essas questões já há algum tempo e em toda parte,

independentemente de estar aqui. E não é para agradá-los. É porque é bom para o Brasil.

Mas eu queria terminar dizendo que, mormente agora, quando nós todos sentimos que o País tem projeto, tem caminho, tem rumo; neste momento que sentimos que o País tem decisão, que defende a sua moeda contra especuladores, contra os que apostam contra o nosso futuro, e defende com determinação; que o Governo e o Presidente não hesitam em tomar medidas que podem, num dado momento, ser até impopulares, mas, quando ele tem a consciência da sua responsabilidade e sabe das conseqüências de não tomá-las, não hesita um só instante em tomá-las, confiante também de que terá a mesma determinação para, assim que as condições mudem, refazer os caminhos que permitam uma taxa de juros mais adequada, pois bem, neste momento não cabe nenhuma dúvida – como eu disse, hoje pela manhã, numa reunião com as lideranças –, não cabe nenhuma dúvida de que é fundamental que o Brasil mantenha o seu projeto de crescimento e de desenvolvimento. E que nesse projeto – eu tenho satisfação em dizer – nós não pensamos, hoje, o Brasil simplesmente como se pensava no passado, que basta industrializar que o resto vai, como conseqüência. Não.

Nós não estamos, sequer, numa segunda forma de revolução industrial. Nós estamos num momento de revolução informacional, em que não se trata mais, simplesmente, do investimento de *hardware*, do investimento bruto de capital concreto. Trata-se de um investimento em tecnologia muitas vezes que está no cérebro; de um investimento em computadores; de um investimento em educação. E tudo isso é junto com o investimento direto em equipamento e em máquinas. Mas nesse mundo, se o Brasil descuidar da agricultura, não fará nem uma coisa, nem outra, porque o que dá a resposta imediata, no decorrer de um ano, é a agricultura.

O que vai continuar dando a possibilidade de avançarmos na nossa industrialização, de avançarmos na revolução no setor de serviços, de incorporarmos cada vez mais massa cinzenta na nossa produção é o fato de que nós, hoje, temos uma agricultura que progride, que foi capaz de incorporar massa cinzenta e agregar valor no seu modo de produzir. Nós

temos uma pecuária que poderá vir a ser, em breve, uma das mais importantes no mundo, pelas condições específicas da produção pecuária no Brasil. Nós temos também recursos minerais e seria um grande erro imaginar que o mundo do futuro, o mundo globalizado é um mundo que dispensa esse tipo de produção. Pelo contrário, é um mundo que vai requerer de nós a visão de entendermos que só chegaremos, efetivamente, a uma condição de bem-estar generalizado na sociedade se formos capazes de combinar, adequadamente, a grande transformação no setor de serviços com a grande produção no setor agropecuário e mineral, e percebermos que o mesmo ingrediente que levou às revoluções, tanto de serviços quanto industrial, é o ingrediente que leva à revolução na agricultura, no *agrobusiness*, que é a agregação de valor, que é a modernização, não no sentido de, simplesmente, equipamento, mas no aperfeiçoamento das técnicas de produzir e sabendo também que o que é central no mundo de hoje – e isso não é demagogia, tampouco – é uma condição necessária da produção, é, de novo, o ser humano.

Acabou o tempo do Charles Chaplin, dos “Tempos Modernos”, em que o homem era um apêndice da máquina. Hoje, nós vivemos num tempo em que, novamente, o trabalhador individual tem responsabilidade sobre a produção, que muitas vezes, na própria fábrica, é mais dispensável o supervisor do que o trabalhador direto, porque o trabalhador direto, que é qualificado, hoje passa a ter responsabilidade direta na definição da produção e passa a ser responsável. Há aqui no Brasil fábricas que produzem caminhões. E o caminhão vem assinado pelo trabalhador responsável, que é quase como se fosse – mas não é – uma volta à artesanato. É uma nova forma de produção, tão sofisticada que, de novo, como ela agrega cérebro, agrega valor, através do trabalho intelectualizado do homem, o homem que está na linha, que já não é mais a linha, que está na feitura da produção, passa a ser, de novo, o centro de todas as coisas.

Termino, portanto, incitando-os a continuarem nessa luta, nessa luta de melhorar as condições de produção, de acreditarem que é preciso de um valor, que é o caso do cooperativismo, que permita um cimento moral, para que a sociedade seja, efetivamente, melhor.

E que não imaginem nunca que o Presidente da República está distante dessas questões. Poderá não estar presente a cada instante, mas estará consciente delas, e dentro das limitações, tanto pessoais quanto institucionais, estará solidário, ajudando-os a construir um Brasil melhor.

Muito obrigado.